



UNIVERSIDADE DO SUL DE SANTA CATARINA
MARIA CRISTINA ARCEGO

**A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NO SETOR PETROLÍFERO
BRASILEIRO DURANTE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
(1995-2002)**

Florianópolis

2012

MARIA CRISTINA ARCEGO

**A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NO SETOR PETROLÍFERO
BRASILEIRO DURANTE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
(1995-2002)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de graduação em Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Márcio Roberto Voigt, Dr.

Florianópolis

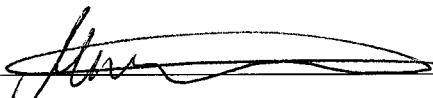
2012

MARIA CRISTINA ARCEGO

**A ATUAÇÃO DA DIPLOMACIA BRASILEIRA NO SETOR PETROLÍFERO
BRASILEIRO DURANTE O GOVERNO FERNANDO HENRIQUE CARDOSO
(1995-2002)**

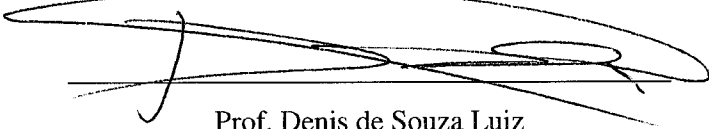
Este Trabalho de Conclusão de Curso foi julgado adequado à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais e aprovado em sua forma final pelo Curso de Relações Internacionais, da Universidade do Sul de Santa Catarina.

Florianópolis, 21 de novembro de 2012



Prof. orientador Márcio Roberto Voigt, Dr.

Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof. Denis de Souza Luiz

Universidade do Sul de Santa Catarina



Prof. Letícia C. B. Barbosa, Msc.

Universidade do Sul de Santa Catarina

Como agradecimento ao carinho e paciência de
Genésio, Jucirlei, Marcos Arcego e Giovanni
Mantelli.

AGRADECIMENTOS

Existem pessoas que marcam a nossa vida e tornam nossa caminhada diária mais rica e gratificante. São pessoas com diferentes personalidades e maneiras de encarar os desafios que surgem ao longo do caminho. Portanto, os meus agradecimentos destinam-se a cada um que da sua maneira contribuiu para que esse título fosse alcançado.

Jucirlei, Genésio e Marcos, obrigada pelos ensinamentos, pelos exemplos de perseverança e determinação. Não é tarefa fácil colocar em palavras o que a família representa, são valores, sentimentos e ensinamentos que ultrapassam o poder da escrita. Acredito que o ambiente em que vivemos molda nossa personalidade e se hoje sou capaz de fazer minhas próprias escolhas, devo isso a vocês por terem me ensinado a enfrentar a vida. A distância não foi capaz de afetar o apoio incondicional que sempre recebi de vocês. Obrigada.

Giovanni Mantelli, da mesma maneira é difícil descrever o que você representa para mim, são anos de apoio e compreensão, momentos fáceis e momentos difíceis como esse. São fases, e em todas elas você esteve presente. Obrigada pela confiança, pela calma e pelo companheirismo de enfrentar mais esse desafio ao meu lado.

Em contraponto, à difícil jornada que percorremos, posso dizer que o destino nos presenteia em alguns momentos. Caroline Santos, Amanda Neves e Nathalia Schmidt, obrigada pelos ótimos momentos que passamos juntas, pelas risadas e pela sincera amizade de vocês. Dóris Dávi, obrigada por ser uma inspiração e uma amiga tão compreensiva, apesar da recente amizade, compartilhamos ideais e pensamentos que a tornaram especial para mim.

Um especial agradecimento para Camila Gregurincic, em você encontrei sinceridade, alegria e incentivo, com você pude compartilhar as alegrias e dificuldades em realizar esse estudo, obrigada também por ter tornado os dias no trabalho e na faculdade mais alegres.

Ao Prof. Dr. Marcio, obrigada por aceitar me orientar e me auxiliar a concluir esse importante desafio. Sem sua ajuda isso não seria possível. A minha definição de mestre inclui as características das pessoas especiais que citei acima, e principalmente a paciência e generosidade em transmitir o conhecimento.

“Hoje os ventos do destino, começaram a soprar, nosso tempo de menino foi ficando para trás. Com a força de um moinho, que trabalha devagar, vai buscar o teu caminho, nunca olha para trás.” (Carlos Maltz).

RESUMO

O fim da Guerra Fria trouxe consigo mudanças no cenário internacional que refletiram na esfera nacional. Surgiram, para a agenda diplomática brasileira, novos temas baseados nos ideais liberais, dentre eles podemos destacar a abertura econômica com pouca intervenção do Estado, captação de investimento direto estrangeiro, dentre outros. Com esses ideais em voga, o governo de Fernando Henrique Cardoso passa a implementar mudanças na economia nacional, uma delas foi a quebra do monopólio estatal da PETROBRAS. Considerando que tal empresa atua como um agente misto e de grande importância para o nosso país, busca-se com esse trabalho compreender se a PETROBRAS teve participação na execução da política externa do governo da época, por meio de uma pesquisa exploratória com abordagem qualitativa acerca dos acontecimentos ocorridos. Tendo em vista, a intensa aproximação da empresa com Estado brasileiro, devido ao grande alinhamento entre a execução das políticas nacionais e a política externa da época analisada, de acordo com os fatores analisados fica claro o encaminhamento dado pelo Presidente Cardoso em direcionar a atuação da empresa brasileira para a região latino americana, buscando com isso fortalecer a inserção brasileira no cenário internacional. O presente trabalho contribuiu para a compreensão de determinadas escolhas e direcionamentos acerca da política externa, exercida pelo governo da época analisada, também foi possível compreender de forma incipiente, a maneira como uma grande empresa como a PETROBRAS, pode partilhar de interesses privados e interesses coletivos concernentes ao Estado nacional.

Palavras-Chave: Política Externa Brasileira. Liberalismo. Regionalismo. PETROBRAS.

ABSTRACT

The end of the Cold War brought some changes on the international scene that reflected in the national sphere. Emerged for the Brazilian diplomatic agenda, new themes based on liberalist ideals, among them we can highlight the economic opening with little state intervention, attracting foreign direct investment, among others. With these ideals in vogue, the government of Fernando Henrique Cardoso starts to implement changes in the national economy, one of them, was break the state monopoly under the PETROBRAS. Considering that this company is important for our country and acts as an mixed agent, we intend to understand with this work if PETROBRAS had involvement in implementing the foreign policy of the government analyzed, through an exploratory qualitative approach about the events. Given the intense approach the company with the Brazilian State, due to the large alignment between the implementation of national policies and foreign policy of the period analyzed, according to the factors analyzed it is clear the direction given by President Cardoso in guiding the company's performance Brazil for the Latin American region, intending to strengthen the Brazilian position in the international arena. This work contributed to understand how some choices and directions about the foreign policy pursued by the government of the time analyzed, were related. It was also possible to understand on a general and initial approach, the way a big company like Petrobras, can share private interests and collective interests that concerns to the national state.

Key-Words: Brazilian foreign policy. Liberalism. Regionalism. PETROBRAS.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANP – Agencia Nacional do Petróleo

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Sustentável

CNP – Conselho Nacional do Petróleo

CNPE – Conselho Nacional de Política Energética

FHC – Fernando Henrique Cardoso

IIRSA - Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana

JK – Juscelino Kubitschek

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MME – Ministério de Minas e Energia

ONU – Organização das Nações Unidas

OPA – Operação Pan-Americana

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

PEB – Política Externa Brasileira

PETROBRAS – Petróleo Brasileiro S.A.

SI – Sistema Internacional

URSS- União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Evolução Anual das Privatizações em bilhões de Dólares.....	36
Gráfico 2 – Produção interna de Petróleo.....	38

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS.....	13
1.2.1 Objetivo geral.....	14
1.2.2 Objetivos específicos.....	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	14
1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	16
1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA.....	17
2 REFERENCIAL TEÓRICO.....	19
2.1 CONCEITOS SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	19
2.1.1 A teoria liberal e o conceito de neoliberalismo.....	21
2.2 CONCEITOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA.....	22
2.2 UMA BREVE ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA.....	24
2.2.1 A atuação brasileira no eixo Bilateral-Hemisférico.....	25
2.2.2 A atuação brasileira no eixo Global-Multilateral.....	27
2.3 O FIM DA GUERRA FRIA E A MUDANÇA DE PARADIGMA NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO FHC.....	29
3. A PETROBRAS.....	34
3.1 RESULTADOS DO LIBERALISMO ECONÔMICO NO SETOR PETROQUÍMICO ..	35
3.1.2 Mudanças na atuação da política externa do governo FHC e novo direcionamento das atividades da PETROBRAS.....	39
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	44
REFERÊNCIAS.....	47

1 INTRODUÇÃO

O fim da Guerra Fria, que ocorreu entre 1989 e 1990, trouxe consigo um novo modelo de alinhamento liberal. A disseminação dos princípios liberais, protagonizada pelos Estados Unidos, consistia em liberdade democrática para que os cidadãos escolhessem seus líderes e uma economia aberta, com pouca ou nenhuma interferência do Estado. Tais medidas econômicas neoliberais, foram implementadas na América Latina, África e alguns países do Leste Europeu, com o intuito de auxiliar na transição do pós Guerra Fria, e no estabelecimento de uma nova ordem mundial. (PECEQUILO, 2010)

Nesse mesmo período, o Banco Mundial e o FMI, desenvolveram um conjunto de regras que auxiliariam as reformas nos países da América Latina, que enfrentavam a transição para um novo modelo neoliberal. As regras desenvolvidas, ou, o Consenso de Washington, de acordo com Pecequilo (2010, p.40), abrangiam:

Disciplina fiscal, direito de propriedade, privatização, desregulamentação, abertura comercial, atração ao investimento estrangeiro direto, taxas de juros favoráveis aos investidores estrangeiros, e à poupança e taxas de câmbio variáveis adequadas ao mercado.

Foi baseado nessas diretrizes que o então Presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso (FHC), em 1997 autoriza a quebra do monopólio estatal da PETROBRAS (Petróleo Brasil S/A), abrindo o setor para a iniciativa privada. A liberalização do capital estatal nos remete ao conceito de integração entre a esfera nacional e a esfera internacional, devido ao forte incentivo ao investimento externo. Portanto, considera-se neste trabalho, que está dividido em capítulos, a atuação da PETROBRAS durante o estabelecimento de uma nova era global, que trazia um novo conceito e conseqüentemente a readaptação da Política Externa Brasileira (PEB).

No primeiro capítulo, apresenta-se a parte introdutória com a exposição do tema e do problema, além dos objetivos gerais e específicos que se buscam alcançar com essa pesquisa. Avança-se com a justificativa pela escolha desse tema e posteriormente a metodologia científica utilizada para o desenvolvimento desse estudo. A parte introdutória é finalizada com a exposição da estrutura utilizada para desenvolver essa pesquisa.

1.1 EXPOSIÇÃO DO TEMA E DO PROBLEMA

A Política Externa Brasileira ao longo do século XX é caracterizada por duas tradições: A bilateral-hemisférica e a global-multilateral, cada uma delas apresenta variações que surgem das transformações sociais, políticas e econômicas que o país sofre ao longo da história. A primeira tradição está relacionada ao eixo vertical que corresponde às visões de Primeiro Mundo e o fortalecimento das relações com os países do Cone Sul e os Estados Unidos. A segunda tradição surge por meio da Política Externa Independente (PEI), ao final do segundo governo de Getúlio Vargas (1951-1954) e a parte final do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961). Esses dois governos expandem as noções de multilateralismo para colocar em prática os princípios da PEI. Tais princípios abordavam, o início das exportações brasileiras para todos os países, defesa da autodeterminação e da não intervenção nos assuntos internos do país até a formulação autônoma de planos para o desenvolvimento nacional, com o objetivo de angariar ajuda externa. (PECEQUILO, 2010).

Em linhas gerais, apesar de os governos terem utilizado dessas tradições de diferentes maneiras criando novos paradigmas de acordo com as necessidades de cada época, percebe-se uma continuidade nas ações brasileiras relativas à política externa, conforme exemplifica Cervo (2008, p. 27-31 *apud* PECEQUILO 2010, p. 180).

Autodeterminação, não intervenção e solução pacífica de controvérsias; juridicismo; multilateralismo normativo; ação externa cooperativa e não-confrontacionista; parcerias estratégicas; realismo e pragmatismo; cordialidade oficial; no trato com os vizinhos; desenvolvimento como vetor; independência de ação internacional.

O fortalecimento da tradição global multilateral acontece nos anos 70, sendo um dos exemplos, a aproximação brasileira aos países do Oriente Médio. Isso decorreu da necessidade de colocar em prática o projeto desenvolvimentista nacional perseguido pelo regime militar. Esse projeto ganha impulso no governo do General Ernesto Geisel (1974-1979), que com o II Plano Nacional de Desenvolvimento, previa grande aumento da infraestrutura e o avanço da integração industrial, fatores altamente dependentes da importação de insumos energéticos e de investimentos externos. Todavia, em 1973, com o início da Guerra do Yom Kippur, o preço do barril do petróleo quadruplica e a importação desse insumo para o governo passa a ser tratada como assunto estratégico da diplomacia brasileira. (VIZENTINI, 1998).

Passado esse período de crise que marcou a década de 70, apresentou-se, com o fim da Guerra Fria em 1991, uma nova ordem mundial, caracterizada pela ideologia neoliberal e pelo fortalecimento da nova hegemonia norte-americana. Nesse novo contexto, o governo brasileiro procurou novamente alinhar-se aos Estados Unidos e consolidar-se como uma liderança regional buscando com isso, a inserção internacional. (CERVO e BUENO, 2002). Foi a partir desse novo retrato, que o governo Fernando Henrique Cardoso que ocuparia o cargo entre os anos de 1995 a 2002, buscou implementar a abertura comercial do país, bem como a reforma do Estado e as desestatizações. Com isso em 1997, a Lei nº 9.478 sanciona a quebra do monopólio estatal exercido até então por meio da PETROBRAS, relativo às atividades de exploração, produção, refino e transporte de petróleo, permitindo que empresas nacionais e internacionais possam competir com a estatal brasileira. (AJAJ, 2007).

A flexibilização do monopólio, como será exposto nos capítulos seguintes, repercutiu em um aumento dos investimentos externos no país, bem como possibilitou o direcionamento da política externa brasileira, ao final do segundo governo FHC, no sentido de uma maior aproximação com os países da América do Sul, resultando assim em uma nova inserção regional do país nessa esfera.

Dessa forma, a quebra do monopólio da PETROBRAS, surge como marco inicial de análise da expansão da Política Externa Brasileira. Portanto, a seguir apresenta-se a questão central da presente pesquisa que conduzirá o desenvolvimento desse estudo:

Analisando o fim do monopólio do petróleo brasileiro, é possível considerar que a PETROBRAS, teve participação na execução da política externa do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002)? Em caso positivo, como pode ser caracterizada essa participação?

1.2 OBJETIVOS

Com base no problema de pesquisa, tem-se a seguir a apresentação dos objetivos a serem abordados no presente projeto.

1.2.1 Objetivo geral

O intuito principal desse trabalho é analisar se a PETROBRAS teve participação no período de execução da Política Externa Brasileira do governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e de que maneira essa participação ocorreu.

1.2.2 Objetivos específicos

Com a finalidade de aprofundar a presente pesquisa, a seguir estão elencados os principais objetivos específicos.

- Descrever brevemente o histórico da política externa brasileira;
- Analisar especificamente a política externa do governo Fernando Henrique Cardoso;
- Expor de forma breve o histórico da PETROBRAS no Brasil;
- Avaliar se existia interação entre a PETROBRAS e Política Externa Brasileira durante o governo FHC.

1.3 JUSTIFICATIVA

O interesse econômico pelo petróleo surgiu em meados do século XIX, com a invenção do petróleo iluminante, utilizado principalmente para a iluminação pública. No final do século XX, tal insumo passou a ser utilizado em ampla escala, com a criação dos motores a gasolina e a diesel. Durante este século, diversas mudanças ocorreram, tanto no cenário econômico, quanto político, no campo das matrizes energéticas não foi diferente, o carvão mineral cedeu espaço ao petróleo, que nessa época estava sendo descoberto nos Estados Unidos, Oriente Médio, e alguns países da Ásia. A facilidade de extração do produto, a mão de obra barata e o custo acessível, deram início a chamada *oil fever* – febre do petróleo. A utilização desse recurso energético demandava, já na década de 80, novas estratégias no campo da política externa e da defesa nacional. (CUNHA, 2010).

Tais preocupações foram descritas no ano de 1989, pelo autor Ilmar Marinho Jr., que em seu livro, *Petróleo: política e poder*, menciona:

Nos dias de hoje, o desenvolvimento e a segurança do país dependem da disponibilidade de energia em termos econômicos satisfatórios. Atestam os dados mais confiáveis que, queira ou não, pelo menos nas próximas décadas o petróleo será a principal fonte de energia no mundo. Como por capricho, ele não está onde se deseja, mas onde a natureza o criou e escondeu, quase sempre fora do alcance do grande consumidor. Daí a complexa multiplicidade de problemas que suscita em seus aspectos políticos, econômicos, militares, tecnológicos, com desdobramentos e impactos no campo das Relações Internacionais (1989, p. 4).

O petróleo ainda é considerado o insumo energético mais utilizado no mundo, contribuindo com mais de 30% de participação entre todas as fontes de energia disponíveis no planeta. (BRASIL, 2011). Além de ter se tornado uma commodity estratégica, o petróleo apresenta lugar de destaque no cenário internacional, não somente pela questão econômica, mas pelo poder de barganha advindo desse recurso, no qual diversos países são dependentes. Portanto tornou-se um meio encontrado para garantir o início da inserção internacional de países exportadores e importadores de tal recurso. Como importador desse insumo, o Brasil por meio de sua política externa, busca ao longo dos anos manter e criar, linhas de relacionamento com os países exportadores.

O melhor entendimento do cenário proposto nesse estudo, onde o petróleo atua em lugar de destaque e a política externa brasileira também exerce papel de grande importância para a conquista dos objetivos delineados pelos governos analisados, em especial do governo Fernando Henrique Cardoso, tem o objetivo de incentivar novas pesquisas acadêmicas na área da política externa, bem como nas áreas que envolvem estudos sobre assuntos estratégicos nacionais, como o desenvolvimento de novas energias renováveis, e futuras pesquisas sobre a utilização de grandes áreas de exploração de petróleo brasileiro, como o Pré-Sal.

No Brasil, de acordo com o Balanço Energético Nacional de 2011 disponibilizado pelo Ministério das Minas e Energia (MME), ano base 2010, o petróleo permanece como a fonte de energia mais utilizada, apresentando mais de 37% de participação na matriz energética do país. (BRASIL, 2011).

Analisando a importância desse projeto para a sociedade, é pertinente compreender a atuação do governo na seara escolhida, pois a condução de determinada matriz diplomática em setores estratégicos como a energia, é capaz de afetar diretamente as relações externas mantidas entre os Estados, o que afeta internamente o país, em termos econômicos, sociais e políticos, e muitas vezes os impactos sentidos internamente permanecem distantes da compreensão da sociedade.

Para a realização desse estudo, as ferramentas oferecidas pela Universidade, foram de fundamental importância. Esta instituição possui também a função de retribuir com o desenvolvimento da sociedade que a rodeia dessa forma o presente estudo fica disponível como mais uma fonte de pesquisa a quem estiver interessado no tema analisado.

Finalmente, analisando a relevância dessa pesquisa para a autora, pode-se dizer que desde o início da graduação, os temas relacionados a política externa e assuntos energéticos, sempre mostraram-se em destaque se comparados aos outros temas estudados. Portanto, para realizar essa pesquisa é fundamental a escolha de temas que sejam de interesse da autora, e consequentemente serão prazerosamente analisados, sem se tornar assim um trabalho enfadonho e sim gratificante.

A seguir apresentam-se os conceitos metodológicos que serão utilizados para o desenvolvimento dessa pesquisa.

1.4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Com o objetivo de proporcionar uma visão aproximada dos fatos históricos e consequentemente poder solucionar os questionamentos desse trabalho, utiliza-se de uma pesquisa básica exploratória. De acordo com Rodrigues (2007, p. 4) pesquisa básica significa “satisfação do desejo de adquirir conhecimentos, sem que haja uma aplicação prática prevista”.

Buscando elucidar a pergunta de pesquisa desse estudo e classificar essa pesquisa de acordo com o objetivo do mesmo, tem-se a seguir a definição de Gil (2002, p. 41) para a pesquisa exploratória.

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Para que se possa responder a pergunta de pesquisa desse estudo, realiza-se uma pesquisa bibliográfica com o objetivo de verificar as diversas contribuições científicas sobre este tema. A pesquisa realiza-se em bibliotecas públicas, na própria universidade, em artigos publicados, periódicos, livros e etc. Também, estuda-se o material disponível em jornais, revistas,

planilhas contendo dados fornecidos por institutos de pesquisa, notando que estão sendo utilizadas também as publicações disponibilizadas por organizações internacionais em seus sítios virtuais, compondo assim uma pesquisa documental. Ainda de acordo com Gil (2002, p.46), é possível assemelhar a pesquisa documental a pesquisa bibliográfica.

Nem sempre fica clara a distinção entre a pesquisa bibliográfica e a documental, já que, a rigor, as fontes bibliográficas nada mais são do que documentos impressos para determinado público. Além do mais, boa parte das fontes usualmente consultada nas pesquisas documentais, tais como jornais, boletins e folhetos, pode ser tratada como fontes bibliográficas. Nesse sentido, é possível até mesmo tratar a pesquisa bibliográfica como um tipo de pesquisa documental, que se vale especialmente de material impresso fundamentalmente para fins de leitura.

Portanto, sobre a abordagem do problema essa pesquisa está qualificada como qualitativa, ou seja, realiza-se a identificação e interpretação dos dados qualitativos originários da pesquisa bibliográfica e documental citada acima, de acordo com Neves (1996, p. 1).

[...] a pesquisa qualitativa costuma ser direcionada, ao longo de seu desenvolvimento, além disso, não busca enumerar ou medir eventos e, geralmente, não emprega instrumental estatístico para análise dos dados, seu foco de interesse é amplo e parte de uma perspectiva diferenciada da adotada pelos métodos quantitativos.

Considera-se, então, que a conclusão desse trabalho será caracterizada por uma avaliação qualitativa dos dados bibliográficos e documentais utilizados. A abordagem qualitativa busca compreender a natureza de um fenômeno social e pode ser obtida até mesmo por meio da coleta de dados essencialmente quantitativos. (RICHARDSON, 1999, p. 79).

1.5 ESTRUTURA DA PESQUISA

A presente pesquisa está organizada em quatro capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução do trabalho, que por sua vez, contém a exposição do tema e do problema, os objetivos gerais e específicos, a justificativa pela escolha desse tema e a metodologia utilizada para discorrer sobre a pergunta de pesquisa também apresentada na introdução.

No segundo capítulo, apresenta-se o referencial teórico, de forma a explanar sobre o que são as Relações Internacionais e de que maneira o Brasil se insere nesse cenário global. Na

sequência, comenta-se sobre o conceito de política externa de modo geral, e posteriormente, sobre a forma como esta foi caracterizada no nosso país durante os anos de 1995 a 2002.

Em seguida, no terceiro capítulo é realizada uma breve abordagem histórica da PETROBRAS, destacando de maneira geral sua atuação internacional. O subcapítulo seguinte discorre sobre a flexibilização da PETROBRAS e de que maneira tal ação refletiu na política externa brasileira perante o cenário da época.

Finalmente, no quarto e último capítulo constam as considerações finais sobre o estudo apresentado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com o intuito de dar encaminhamento ao tema do presente trabalho, tem-se na sequência uma breve explanação sobre o conceito de Relações Internacionais. A sessão seguinte aborda os principais conceitos e as teorias tradicionalmente discutidas dentro da disciplina, será dado enfoque para a Teoria Liberal que fundamenta esse trabalho. Além disso, serão apresentadas as principais considerações acerca do tema da política externa, dando destaque para o período do governo FHC, bem como será apresentado um breve estudo sobre as atuações da PETROBRAS, no período em tela.

2.1 CONCEITOS SOBRE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

De acordo com Vizentini (1998, p.14-15), tem-se a definição de relações internacionais como sendo um conjunto multidisciplinar de atuações, composto por diferentes grupos, como as instituições e empresas privadas, as igrejas, os partidos políticos, os diversos movimentos culturais e de opinião, bem como o indivíduo. Dessa forma, o autor esclarece que o enfoque das relações internacionais não deve ser tratado como um objeto único e isolado atuando em um cenário particular. Tal enfoque deve ser analisado por diversos prismas, surgindo assim uma visão de totalidade, resultante da análise de situações econômicas, políticas, sociais, culturais, geográficas, psicológicas relativas a sociedade, e no âmbito da ciência e política. “As relações internacionais do Brasil abordam, nesse sentido, o conjunto das relações político diplomáticas, econômicas, acadêmicas, culturais e militares da formação social brasileira, com outros povos e/ou Estados Nacionais.”

Apesar da recente definição das Relações Internacionais como disciplina do campo de estudo das ciências sociais, a sua existência remonta do início do século XX. (CASTRO 2012, p.52).

Pode-se notar, que tanto, para Vizentini quanto para Castro, o campo de estudo das Relações Internacionais, não deve ser analisado de forma única e isolada, diversos fatores devem ser estudados, as interações sociais destacam-se como objeto de estudo da área. Nesse ponto, Braillard (1990, p. 82), complementa:

[...] relações internacionais [...] constituem um objeto cujo estudo é hoje um local privilegiado de encontro de diversas ciências sociais. [...] por isso podemos dizer que, desde o período entre as duas guerras, as relações internacionais conquistaram a sua autonomia, enquanto objeto de estudo [...].

De acordo com Brillard (1990, p. 86) “podemos pôr em evidência a especificidade das Relações Internacionais definindo-as como as relações sociais que atravessam as fronteiras e que se estabelecem entre as diversas sociedades, constituídas em Estado-Nação”.

O Sistema Internacional (SI), onde acontecem as relações entre os Estados, pode apresentar basicamente três formas de polaridade, ou seja, como estão caracterizadas as distribuições de poder dentro desse sistema. A primeira delas é a ordem unipolar, que é caracterizada pela permanência de um único polo de poder, a ordem bipolar, em que coexistem dois polos principais de poder, e ordem multipolar que é composta por diversos polos de poder. A ordem unipolar pode ser observada durante o imediato pós Guerra Fria, momento em que parecia impossível identificar outros Estados capazes de sobrepor os EUA. A bipolaridade pode ser notada, durante o período da Guerra Fria, em que EUA e URSS existiam como dois pontos de concentração de poder. E finalmente, a multipolaridade estabelecida durante o Concerto Europeu (1815 a 1914), considerado por Pecequillo (2010, p. 20) o tipo ideal de equilíbrio de poder.

Durante, o período de 1995 a 2002, escolhido para ser analisado com especificidade nesse estudo, é possível perceber que o SI passava por um período de readaptação à nova ordem mundial. Em 1995 o presidente FHC, nomeia Luiz Felipe Lampreia para chefiar o Itamaraty. Nesse momento, o país passava por três fases, uma de estabilização econômica com o plano real, outra com a consolidação da democracia e a última sobre o incentivo ao aumento do intercâmbio internacional. (BARRETO, 2012)

Uma maior presença do Brasil no cenário internacional foi defendida, em setembro de 1995, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso. Considerou que o Brasil tinha credenciais para tanto por ser um país de grandes dimensões territoriais (e populacionais, pois, contava então com cerca de 160 milhões de pessoas) que vivia em paz com seus dez vizinhos havia mais de um século, com tradição diplomática pacífica e que participara da II Guerra Mundial (“única nação latino-americana a fazê-lo”), e por defender os princípios da liberdade política e econômica, os mesmos que então prevaleciam em escala mundial. (BARRETO, 2012, p. 359)

Para que se possa visualizar, com maior clareza o cenário escolhido para essa análise, a seguir apresentam-se os conceitos e abordagens de autores tradicionais sobre a teoria liberal.

2.1.1 A teoria liberal e o conceito de neoliberalismo

A teoria liberal está baseada em ideais Iluministas, na certeza da liberdade do indivíduo, e sua capacidade racional, para definir seu destino. Dentre os autores clássicos da doutrina liberal podemos citar, Hugo Grotius, Adam Smith e Immanuel Kant. A principal característica dessa teoria é a preservação da individualidade, e a segurança em manter essa autonomia para o progresso benéfico da sociedade. Em relação às trocas comerciais, pensadores como Immanuel Kant, acreditavam que quanto maior o intercâmbio, maior seriam as chances de manter a cooperação entre os Estados, uma vez que esse relacionamento faz surgir a interdependência e a reciprocidade entre as nações. (NOGUEIRA e MESSARI, 2005, p.58-59)

Outra característica, dessa teoria está baseada no ideal, de conduzir o SI para uma direção mais pacífica, utilizando a democracia, para aproximar os Estados. De acordo com Nogueira e Messari (2005, p.64) “[...] Estados democráticos tendem a manter relações pacíficas entre si e que, à medida que o número de países governados de forma democrática crescesse, uma espécie de zona estável de paz e prosperidade se formaria”.

Segundo Pecequillo (2010, p. 33), “O idealismo sustenta-se em três premissas: a democracia e a disseminação de seus valores, universalizando práticas legítimas e transparentes entre as sociedades e os Estados, as democracias não vão à guerra umas com as outras”.

Fundamentando a importância de governos democráticos para a teoria liberal, tem-se a explanação de Gonçalves (2004, p. 26):

Governos democráticos, por sua vez, têm inclinação natural para a cooperação e repudiam a guerra como recurso para a solução de controvérsias. Nos governos autoritários, em que poucos decidem em nome de todos, existe uma tendência natural para as soluções de força; por seu turno, nos governos nos quais muitos participam das decisões, tende a predominar a prudência e a solução via diálogo e negociação.

Finalmente, a última grande característica da doutrina em tela, está baseada nas instituições que compõem o SI. Estas consistem em estruturas de regulação e normatização, capazes de minimizar, as possibilidades de conflitos resultantes em guerras. Para Nogueira e Messari (2005, p.67), são resultados da teoria liberal, os alicerces para criação de instituições supranacionais, com objetivos de estabelecer um sistema mundial pacífico e estável.

Em 1989, Francis Fukuyama, publica um artigo intitulado “*The end of History*”, nele o autor desenvolve uma hipótese de que não haveria mais confronto entre o liberalismo e as

outras formas de organização da sociedade, o comunismo já não representava uma ameaça para os países do Ocidente, portanto tal situação estava caracterizada pelo alinhamento e absorção cooperativa da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), a esse novo modelo, ou nova ordem mundial. (FUKUYAMA, 1989).

Diversos autores contestaram o conceito de Fim da História, alertando que não era possível prever o fim do debate entre os diversos conceitos e teorias das Relações Internacionais, principalmente entre o realismo e o liberalismo. Pois de maneira geral, o cenário internacional ainda era considerado instável. (PECEQUILO, 2008).

É importante, destacar as diferenças existentes entre o Liberalismo clássico, e o Neoliberalismo. Para Silveira (2009, p. 68), a principal diferença entre as duas teorias, reside no amplo alcance do neoliberalismo, impulsionado pelo conceito de globalização. Como já descrito nesse trabalho, os ideais neoliberais, de acordo com Fukuyama, nos remeteram ao fim da história, na impossibilidade da existência de outro sistema. Vale lembrar também que o governo de FHC não se considerava um governo neoliberal, tal conceito é abordado nesse estudo para que se possa compreender a abordagem escolhida para o desenvolvimento do trabalho.

Citando Silveira (2009, p. 69), é possível perceber que o liberalismo surgiu em um cenário baseado nos valores do comércio internacional, onde os preceitos liberais existiam justamente para dar continuidade ao intercâmbio entre os países. Já o neoliberalismo, floresce em um contexto mais amplo. “Na época neoliberal, entretanto, o fluxo de capitais financeiros cresce a ritmos impressionantes, muito maiores do que os do comércio mundial”.

Entretanto, as semelhanças entre as duas teorias permanecem as mesmas do liberalismo clássico, ou seja, incentivo a propriedade privada, liberdade econômica e democrática e minimização do Estado.

Na sequência, estão elencados os conceitos basilares sobre a política externa e sua forma de adaptação para cada Estado.

2.2 CONCEITOS SOBRE POLÍTICA EXTERNA

O conceito de política externa está atrelado ao auxílio fornecido ao estudo de características mais objetivas de determinado governo ou período vivido pelo Estado. De acordo com Vizontini (1998, p.15) a política externa “enfoca a orientação governamental de determinado

Estado a propósito de determinados governos e/ou Estados, ou ainda regiões, situações e estruturas, em conjunturas específicas.” Agora, analisando o direcionamento da política externa de cada país em um contexto internacional, surgem os intercâmbios de relacionamentos, de onde podem emergir interações ou atritos, resultando assim, no conjunto o que se entende como política internacional.

Outro aspecto interessante diz respeito a formação da política externa. Em um Estado moderno, existem diversos grupos capazes de pressionar o governo a direcionar a diplomacia para determinado caminho. Esses grupos normalmente são hegemônicos em seus setores e influenciam tanto nas medidas econômicas como nas medidas políticas do país. Decorrente disso tem-se a interação entre a política externa e a política interna, nem sempre essa interação é homogênea, pode ser por vezes contraditória, mas em um panorama amplo poderá fazer sentido. (VIZENTINI, 1998).

Para o autor Paulo Roberto de Almeida (2009, p.4), a orientação dada para definir a política externa de cada país, será variável e seguirá o entendimento de cada dirigente, que utilizará esse mecanismo para atingir os objetivos consensuais traçados pela dinâmica do interesse nacional, dessa forma, Almeida esclarece que nem sempre é possível atingir os objetivos comuns ao interesse nacional, pois isso representaria uma ruptura de tradições e posicionamentos defendidos pela diplomacia clássica.

Ainda de acordo com Almeida (2009, p.11), é necessário ter objetivos claros e prioridades definidas para conquistar a confiança no plano interno e externo e conseqüentemente ter um resultado positivo no alcance das metas estabelecidas.

Prioridades, normalmente, estão no topo da atuação diplomática dos Estados que possuem uma visão clara de seus objetivos nacionais, com respeito aos benefícios que se espera retirar de uma determinada relação bilateral ou de um empreendimento qualquer no plano regional ou multilateral. Uma velha regra de senso comum pretende que quando existem muitas prioridades, não existe nenhuma prioridade bem estabelecida.

Mencionando, Celso Lafer *apud* Barreto (2012, p. 195) “A tarefa da diplomacia é a tradução das necessidades internas em possibilidades externas”.

Acerca dos momentos da política externa, Cervo e Bueno (2002, p.9), compartilham a ideia de alternâncias entre os períodos e as diferentes formas de leitura do contexto internacional:

[...] sucederam-se períodos em que a leitura do interesse nacional, feita pelos homens do Estado, ditou políticas restritivas, favoráveis a segmentos sociais e prejudiciais à nação, e períodos em que aquele interesse foi atendido de forma mais global e abrangente – e, nessas circunstâncias, a política perdeu seu caráter conjuntural para ferir as estruturas e tornar-se prospectiva.

Dessa forma, conforme o exposto acima, diversos autores concordam sobre os elementos básicos da política externa, sejam eles, reflexos da política interna de cada nação, ou não. Pode-se concluir então, que a política externa está em constante transformação, ora de acordo com o cenário apresentado no SI, ora fazendo surgir choques de interesses no plano interno do país. A relação entre o nível doméstico e o nível internacional, nem sempre é homogênea, e são justamente essas fases de transição que tornam a análise da política externa, uma questão complexa.

Entendendo essa relação entre política externa e política interna, o presente estudo passa a analisar de forma breve, as características gerais da PEB desde a sua fundamentação, até o momento em que um novo paradigma surge com o fim da Guerra Fria em 1989.

2.2 UMA BREVE ANALISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

Até a década de 60, as relações brasileiras, acontecem basicamente, no eixo bilateral hemisférico, ou seja, priorizam-se as relações verticais. Nesse período está presente a cooperação no âmbito Norte-Sul, associada às visões de Primeiro Mundo, englobando não somente o intercâmbio com os EUA, como também com alguns países da Ásia e Europa Ocidental. (PECEQUILO, 2010, p. 285-286).

Nos períodos seguintes, principalmente em 1961, com o início da implementação da Política Externa Independente (PEI), a atuação brasileira consolida-se como global-multilateral, de forma a sustentar os objetivos nacional-desenvolvimentistas, a abertura de novos cenários, como a consolidação da Europa Ocidental, e o surgimento de polos de poder alternados, torna essa atuação dinâmica possível. (PECEQUILO, 2010, p.183).

Durante o regime militar, ocorre a alternância entre as visões bilaterais e multilaterais de atuação externa, contudo, de maneira geral, é possível perceber como o alcance das metas de desenvolvimento interno dos processos industriais, e relativo crescimento da economia,

auxiliaram na construção da imagem do chamado “Brasil Potência”¹, que passaria a atuar como representante do Terceiro Mundo, executando alianças sólidas nos eixos Norte, Sul e Leste. (PECEQUILO, 2010, p.191).

No subcapítulo seguinte e no próximo, estão elencados os principais acontecimentos da PEB relacionados à tradição bilateral-hemisférica e respectivamente sobre a tradição global-multilateral.

2.2.1 A atuação brasileira no eixo Bilateral-Hemisférico

Inicialmente a inserção internacional brasileira estava atrelada às potências europeias, primeiramente Portugal e posteriormente a Inglaterra. Após a independência, a Política Externa Brasileira, passa a direcionar sua atenção para a prática do livre comércio protagonizada pela Inglaterra. Surge também a questão das fronteiras brasileiras, que seria solucionada posteriormente pelo Barão do Rio Branco, nessa fase um novo período das relações internacionais do Brasil é estabelecido. Os anos de 1902 – 1912 com Barão do Rio Branco a frente do Ministério do Exterior garantem a unilateralidade das relações do Brasil com os Estados Unidos, esse alinhamento tinha o objetivo de caracterizar o Brasil como um aliado da potência hegemônica da época. Essa linha de alinhamento pragmático com os EUA apresenta-se até a primeira metade do século XX, passando pelos governos da Primeira e Segunda Era Vargas (1930/1945 e 1951/1954), até a segunda metade do governo de Juscelino Kubistchek (1958/1961). (PECEQUILO, 2010, p. 181).

Em resumo, durante as fases Varguistas, foi possível atingir os objetivos do plano desenvolvimentista, baseado na substituição das importações para o fortalecimento da industrialização brasileira. A associação com a potência americana, e ao mesmo tempo o alinhamento com a Alemanha, trouxe investimentos e vantagens, que só foram possíveis devido ao apoio brasileiro aos EUA durante a Segunda Guerra. Complementando o exposto no subcapítulo acima, sobre a utilização da política externa no alcance dos objetivos nacionais, nota-se que os ensaios de Vargas acerca da PEB, seguem nesse sentido, como um apoio ao desenvolvimento nacional. Vizontini (1994, p.24), torna clara essa afirmação, conforme segue,

¹ A noção de Brasil Potência associou-se ao regime de 1964. A identificação entre potência e regime militar deve-se, em parte, à apropriação publicística que os governos do ciclo de 1964, notadamente a gestão Médici, fizeram das atividades de expansão da influência brasileira no âmbito internacional. (VECCHIO, 2004, p. 170).

[...] “o período 1930-1945 pautou-se por uma tentativa consciente de tirar proveito da conjuntura internacional e da redefinição da economia brasileira, através da utilização da política externa como instrumento estratégico para lograr a industrialização do país”.

Deve-se notar também que o alinhamento triangular de Vargas com, Alemanha e EUA, é o ensaio para o início de um novo perfil para política externa nacional, que se consolidaria, mais tarde com a Política Externa Independente (PEI). A considerável, inovação na atuação internacional do governo Vargas, foi impedida devido às poucas saídas existentes no cenário internacional e o contraponto do incipiente desenvolvimento nacional brasileiro. (VIZENTINI, 1994, p.25).

Nos governos de Eurico Gaspar Dutra (1946-1951) e Café Filho (1954-1955), a diplomacia brasileira antes orientada pela busca de autonomia é deixada de lado, e torna-se outra vez prioritário o alinhamento automático com os EUA. Nesse contexto, inicia-se um impulso para a implantação de conceitos sobre segurança e desenvolvimento altamente liberais. (VIZENTINI, 1994, p. 25).

Durante os anos de 1956 a 1958, com Juscelino Kubitschek (JK) a frente do Brasil, iniciam-se os ensaios para a implementação de uma política externa mais multilateral, a Operação Pan-Americana (OPA)² proposta em 1958 é claro exemplo da busca por uma nova atuação internacional. (LESSA, 2008, p. 5). No campo interno, seria lançado um plano de ação para o rápido desenvolvimento do país, ou, “50 anos em 5³” (SATO, 1998, p. 13).

Dessa forma, o governo JK (1956-1961), atua no sentido de buscar uma maior cooperação com os países sul-americanos, justificada pela promoção do desenvolvimento nacional. Assim surgem os primeiros ensaios concretos de interação multilateral. O fator definitivo acontece no governo de Janio Quadros-João Goulart com a implementação da PEI, que será revisado de forma breve na sequência.

² Esta objetivava atrair a atenção dos Estados Unidos para a América Latina e obter maiores créditos nos marcos do sistema interamericano, comprometendo a Casa Branca num programa multilateral de desenvolvimento econômico de largo alcance. (VIZENTINI, 1994, p.26).

³ O chamado Plano de Metas, para desenvolver o país de forma rápida, consistia na implementação de 31 metas, que envolviam os setores energéticos, transportes, alimentação, indústria de base, educação e a construção da nova capital, Brasília no Planalto Central. (RIO GRANDE DO SUL, 2012, p.3).

2.2.2 A atuação brasileira no eixo Global-Multilateral

A ampliação da atuação da PEB surge com a Política Externa Independente no governo de Jânio Quadros e João Goulart (1961 – 1964). Formulada por políticos e diplomatas, como San Tiago Dantas e Araújo Castro. (ALMEIDA, 2002, p.6).

Basicamente cinco elementos a constituíam: ampliação do mercado externo; formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômicos; coexistência pacífica; não intervenção e autodeterminação; emancipação completa dos territórios não-autônomos.

Durante esse período acontecia no cenário internacional, eventos que permitiam essa ampliação da margem de manobra brasileira, tais como elenca Vizentini (1994, p.31-32):

[...] a recuperação econômica da Europa Ocidental e Japão (como alternativas comerciais e de financiamento do desenvolvimento); a descolonização, particularmente da África (que ao tornar-se independente, perdia vantagens tarifárias como concorrente brasileira e tornava-se um mercado alternativo de produtos industriais); a consolidação do campo socialista, em especial a emergência da URSS à condição de potência mundial (constituindo elemento de barganha brasileira com os EUA e mercado potencial); o surgimento do Movimento dos Países Não-Alinhados, decorrente da emergência do Terceiro Mundo no cenário mundial (movimento cujas posturas no campo político interessavam à diplomacia brasileira); e a Revolução Cubana (cujo impacto na América Latina iria redefinir a estratégia americana).

Esse modelo de atuação segue até o terceiro período do regime militar quando ganha força novamente por meio do “Pragmatismo Responsável e Ecumênico” de Geisel. Notar que as os encaminhamentos de Geisel reforçaram esse modelo de atuação e não caracterizam uma ruptura do mesmo. Nesse momento (1974-1979), dois cenários preocupavam o governo, o primeiro deles referia-se a primeira crise do petróleo em 1973 protagonizada pelos países do Oriente Médio, e o segundo dizia respeito ao objetivo do governo de colocar em prática o II Plano Nacional de Desenvolvimento⁴ (PND), essa atitude foi considerada de grande ousadia, pois a priorização do desenvolvimento das grandes indústrias nacionais e o incremento do transporte rodoviário tornara o Brasil extremamente dependente do petróleo importado dos países do Oriente Médio. Porém, com a guerra do Yom Kippur, onde o principal objetivo era atrair a atenção do mundo para a emergência de uma nova guerra referente ao conflito entre Israel e os países árabes, uma ação coletiva por meio da Organização dos Países Exportadores de Petróleo

⁴ O primeiro PND acontece no governo Médici, onde a média de crescimento do Brasil oscila entre 10 a 13%. Essa fase é caracterizada pelo milagre econômico que inicia em 1968 e segue até 1973. (PECEQUILO, 2010)

(OPEP) quadruplica o valor do barril do petróleo e atinge em cheio as intenções do governo brasileiro, que imediatamente decide se posicionar sobre os conflitos relativos a expansão de Israel, sob a ameaça de boicote no fornecimento de óleo aos países que apoiassem esse país. A saída foi encontrada por meio do pragmatismo⁵ do governo e na direção de aumentar as exportações brasileiras para os países árabes, porém mesmo incentivando as exportações de bens manufaturados, a balança comercial brasileira permanecia deficitária, pois a quantidade importada de petróleo era superior aos valores exportados. (SANTANA, 2006).

O principal objetivo do governo Geisel era garantir a transição para o regime democrático de forma controlada, pois a fase do milagre econômico já havia passado e a crise internacional do petróleo, refletida internamente no Brasil, colocara em cheque os instrumentos legitimadores do regime militar. Para alcançar esse objetivo é lançado o II PND, que dentre outras metas, buscava implementar no país o processo de intensificação da industrialização, substituindo importações, buscando tornar-se autossuficiente em determinados setores, como a energia. Em particular voltam os projetos de prospecção do petróleo, iniciados na primeira Era Vargas (1930-1945) e produção interna de Álcool para combustível de automóveis (Próalcool). E intensificam-se os relacionamentos com países em desenvolvimento, principalmente os países árabes. (SANTANA, 2006).

Almeida (2002, p. 7), caracteriza as ações diplomáticas do período militar da seguinte maneira:

O período pode ser caricaturalmente identificado com a “diplomacia dos rótulos”, que efetivamente se sucedem entre 1967 e 1985, a saber: “diplomacia da prosperidade” ainda no Governo Costa e Silva; “Brasil Grande Potência”, no período Médici; “pragmatismo responsável”, sob a presidência Geisel; “diplomacia ecumênica”, já no último governo militar desse ciclo, o de Figueiredo.

O que pode se perceber analisando os períodos em que os militares governaram o Brasil, é que de maneira geral buscou-se a conquista pela autonomia tecnológica, a construção de uma “nova ordem mundial”, e a caracterização do Brasil como representante da América Latina, entretanto, seguiram os problemas relativos à balança de pagamentos, e em seguida os dois

⁵ O termo Pragmatismo refere-se a nova direção dada a PEB pelo chanceler Antônio Azeredo da Silveira, no sentido de tornar-se um país capaz de dinamizar suas relações internacionais, e buscar uma postura mais autônoma em relação ao alinhamento automático com os EUA. Desvinculando-se assim de princípios ideológicos e passando a utilizar a barganha como um meio de alcançar os objetivos práticos estabelecidos pelo governo. O termo Ecumênico e Responsável busca imprimir um sentido de contenção e prudência, inserindo o país em um contexto internacional de forma a garantir os objetivos nacionais. (SPEKTOR, 2004).

choques do Petróleo em 1973 e 1979 acarretaram no aumento da crise da dívida em 1982, que segundo Almeida (2002, p.7), seria o início do declínio do regime militar.

Em 1985, Tancredo Neves é eleito após duas décadas de regime militar no país, seis dias depois devido a uma enfermidade ele falece, e então o José Sarney assume a Presidência. O contexto da época não era nada favorável, a crise da dívida externa aumentava, o protecionismo derivado do sistema de produção com base nas substituições das importações já não adequava-se aos encargos econômicos do país. Não se deve esquecer que um dos principais objetivos do governo, era redemocratizar o país de forma equilibrada, para isso era necessário manter o padrão de atuação multilateral e ao mesmo tempo ter o controle de forma autônoma da situação para que fosse possível administrar a crise. (BARRETO, 2012).

Esse período de transição em que o país se encontrava, seria caracterizado como a década perdida. Para que fosse possível reestabelecer a posição brasileira no cenário internacional, foi necessário revisar os paradigmas estabelecidos desde 1961. Na década seguinte, com o fim da Guerra Fria o que retorna e permanece até o primeiro governo do Presidente FHC é o alinhamento bilateral. (PECEQUILO, 2010).

2.3 O FIM DA GUERRA FRIA E A MUDANÇA DE PARADIGMA NA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO FHC

Com o início da Guerra Fria em meados de 1945, logo após a segunda Guerra Mundial, os EUA passam a adotar uma postura mais atuante com relação aos países do sul. Era o início do processo de aumento de juros, que resultaria no surgimento da crise da dívida no Brasil. Ronald Reagan, o então presidente americano, passa a enfraquecer as iniciativas dos países do terceiro mundo. Restaurando então a bipolaridade e a hegemonia dos Estados Unidos. (PECEQUILO, 2010, p. 190).

Em meio a esse contexto bipolar restabelecido, a estratégia de manter o Brasil seguindo na direção da autonomia e da multilateralidade permanece até os anos 90 quando o modelo neoliberal é implementado pelo governo Collor e segue com destaque até a primeira fase do governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-1998). A nova ordem mundial era estabelecida passando de bipolar para unipolar, com a hegemonia americana imperando novamente, o Brasil precisaria se readaptar a essas condições, conforme descreve Pecequilo (2008, p.137):

[...] o cenário tornara-se unipolar. Portanto, se o Brasil desejasse participar desta “nova ordem” a proximidade com os EUA era prioritária. [...] o Brasil também passou a ser percebido como uma nação periférica, com opções limitadas, devendo se reinserir a partir de uma relação privilegiada com os EUA.

A afirmação de um novo governo democrático no país refletia a esperança interna no sentido de buscar uma maior modernização do Estado, bem como a inserção autônoma que priorizava uma atuação mais independente no sistema internacional. Para garantir que esses objetivos fossem alcançados, o governo Collor (1990-1992) estabelece uma lista de três prioridades, conforme descrevem as autoras, Hirst e Pinheiro (1995, p.6): [...] atualizar a agenda internacional do país de acordo com as novas questões e o novo *momentum* internacional; construir uma agenda positiva com os Estados Unidos; descaracterizar o perfil terceiro-mundista do Brasil.

A adesão brasileira ao Consenso de Washington provocou grande parte das mudanças relativas ao setor econômico nacional. A criação dos Planos Collor I e II, que alteraram a moeda, congelaram os preços e salários, aumentaram os juros relativos a grandes movimentações financeiras, bem como o aumento da incidência do imposto de renda sobre atividades da agricultura e exportação, não foram bem vistas pelo setor empresarial nacional. (SILVEIRA, 2009, p. 86-87).

Em 1990, a economia brasileira passava por um forte período de recessão, a inflação atingia níveis altíssimos, Collor então coloca em prática em 1991, o Plano Nacional de Desestatização. Até o fim do governo Itamar Franco (1992-1994), cerca de 33 empresas estatais haviam sido privatizadas, nesse contexto o setor petroquímico ocupava o segundo lugar no quesito de resultado de venda por setor, ficando atrás somente do setor siderúrgico. De acordo, com o relatório do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), durante os anos de 1990 a 1994, 15 empresas do setor petroquímico foram privatizadas, gerando um resultado de 2.178 milhões de dólares. (BRASIL, 2002).

É nesse novo cenário de abertura econômica, que se inicia a gestão do Presidente Fernando Henrique Cardoso. Os principais projetos do governo estavam relacionados à continuidade das desestatizações, bem como o enxugamento de diversos órgãos estatais, que representavam um local de resistência dos conceitos nacional-desenvolvimentistas. Surge nesse governo também, a aproximação com os países da América do Sul, com a intensificação dos

projetos relacionados ao Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), com o objetivo de lograr um maior alcance do Brasil no cenário internacional e um diversificado intercâmbio de relações bilaterais. (VIZENTINI, 2005, p. 382).

Apesar do alinhamento com os Estados Unidos, em seu primeiro mandato, FHC não delimitou espaço para sua diplomacia presidencial, de acordo com Pecequillo (2010, p. 201) houve certa variação entre as tradições bilateral-hemisférica e global-multilateral, gerando um novo equilíbrio para as aproximações verticais e horizontais. Contudo, em 1997, diversas crises financeiras internacionais eclodiram, a América Latina fora fortemente atingida e as demandas do governo, embasadas na busca pela globalização neoliberal, transformaram-se no conceito de globalização assimétrica entre o centro capitalista e a periferia. (VIZENTINI, 2005, p. 385).

Firmando a opinião de Vizentini, discorre Lampreia (1998, p. 8): “A globalização, portanto, tem sido favorável ao Brasil, mas suas distorções, seus excessos, sobretudo na área financeira, geram graves problemas, aos quais nenhum país do mundo, por mais poderoso, pode-se julgar imune.”

Entretanto, para Amado Luiz Cervo, a política exterior brasileira, desde a década de 90 vem imprimindo uma visão contraditória e confusa de suas contingências, esse autor nomeia o período como “dança dos paradigmas”, pois de certa forma houve um forte aumento na participação do Brasil nos foros multilaterais, e um notável enfraquecimento do eixo bilateral. (CERVO, 2002, p.6).

No sentido contrário a essa afirmação, Celso Lafer (2000, p. 263) discorre sobre o declínio do “nacionalismo de fins” e argumenta sobre um novo e positivo papel multilateral do país:

[...] tornou-se inoperante o desenvolvimento no relativo distanciamento de uma inserção na economia mundial gerido pelo Estado, anteriormente viabilizado pela escala continental do país e operado pela lógica do “nacionalismo de fins”. O mundo que o Brasil administrava como uma externalidade, internalizou-se, encerrando assim a eficácia do repertório de soluções construídas a partir do primeiro governo de Getúlio Vargas, que configurou o país no século XX. Daí o reordenamento das agendas interna e externa que caracterizou a vida política e econômica do país na década de 90.

Para Cervo (2002, p.6), durante o governo FHC, o Brasil vivenciou três tipos de paradigmas na sua política externa. O primeiro deles refere-se ao Estado Desenvolvimentista, com ênfase no desenvolvimento nacional por meio da busca de autonomia e superação de

dependências econômicas estruturais. O segundo paradigma é o Estado Normal, apresentado pelos países da América Latina, na década de 90, esse modelo fica claro durante o breve governo Collor, esse paradigma está ainda dividido em três aspectos:

Estado subserviente, submete-se às coerções do centro hegemônico do capitalismo; como Estado destrutivo, dissolve e aliena o núcleo central robusto da economia nacional e transfere renda ao exterior; como Estado regressivo, reserva para a nação as funções da infância social. (CERVO, 2002, p.6-7).

Finalmente, o terceiro paradigma é o de Estado Logístico, esse padrão seria de acordo com Cervo, o principal meio para lograr uma inserção internacional mais eficiente. Nesse modelo, o Estado transfere à sociedade tarefas para desenvolver o comércio, principalmente no exterior. O terceiro paradigma no governo FHC garantiu a consolidação das políticas internas e externas, o que automaticamente refletia no aumento da capacidade empresarial do país e na abertura de novos mercados, garantindo uma política de defesa nacional contra diversos mecanismos especulativos. (CERVO, 2002, p.10).

Novamente, vemos as diferenças existentes entre os pensamentos do historiador Amado Luiz Cervo e do Ex Ministro das Relações Exteriores de FHC, Luiz Felipe Lampreia, que ocuparia o cargo de 1995 a 2000. (BARRETO, 2012, p. 355).

A subserviência do Estado normal, erigida como ideologia da mudança, engendrou graves incoerências, ao confundir democracia com imperialismo de mercado, competitividade com abertura econômica e desenvolvimento com estabilidade monetária. Completou-se com o desmonte da segurança nacional e a adesão a todos os atos de renúncia à construção de potência dissuasória. (CERVO, 2002, p. 8).

[...] acabou-se a dualidade entre as nossas posturas internas e externas. [...] além disso, a tendência de liberalização comercial, que o Brasil passou a seguir desde o início dos anos noventa, ajudou a consolidar a estabilidade de preços interna, embora tenha submetido a nossa indústria a uma pressão à qual ela não estava acostumada. Nesse processo, houve vencedores e perdedores. (LAMPREIA, 1998, p. 9 e 7).

Apesar das diferenças existentes, é possível perceber algumas características gerais que permeiam até hoje a PEB, são elas o universalismo e o multilateralismo. Especificamente, discorrendo sobre os anos de FHC, o universalismo estratégico ou seletivo, fez surgir uma aproximação maior com os países da América Latina, devido principalmente as semelhanças encontradas. (BERNAL-MEZA, 2002, p. 42).

Na seara multilateral, Pecequilo (2010, p. 200) descreve uma maior atuação brasileira nos foros internacionais, conforme segue abaixo:

[...] em 1995 o Brasil participou da criação da OMC, no encerramento da Rodada Uruguai do GATT (Ata de Marrakesh), aderiu ao MTCR (Regime de Controle de Tecnologias de Mísseis), o Congresso Nacional aprovou a Lei das Patentes (1996), a Cultivares (1997). Anteriormente, o país já ratificara o Tratado de Tlatelolco e seus compromissos com o CTBT, deixando clara sua opção pela paz e uma América Latina e sistema internacional livre de armas nucleares. O movimento mais simbólico deste processo de adesão aos regimes foi a ratificação do TNP em 1998, um marco na agenda de reinserção internacional do Brasil como um país confiável e legítimo.

Com relação aos grandes foros internacionais e os direitos humanos, Cervo (2002, p. 14), destaca a atuação da diplomacia de FHC na Organização das Nações Unidas (ONU), quando esse cobrou da Organização em 1995, uma maior atenção para a regulação das relações internacionais por meio da criação de um modelo jurídico que não representasse a completa utopia para as grandes potências. O Presidente referia-se aos questionamentos acerca da inabilidade de atuação da ONU no pós Guerra Fria, nos assuntos de crise humanitária e de segurança nacional. (PECEQUILO, 2010, p. 295).

Em resumo, durante os anos de governo de Fernando Henrique Cardoso, foram acrescentados novos temas à agenda internacional brasileira, entre eles estavam, o forte liberalismo econômico, direitos humanos, segurança, ecologia, multilateralismo comercial e fluxo de capitais, evidente que a defesa dos temas tradicionais já citados nesse estudo, como autodeterminação, não intervenção, solução pacífica dos conflitos, etc. permaneceram na agenda.

Deve-se notar também que de acordo com Pecequilo (2010, p. 201) a parte final do governo FHC, apresenta-se mais complexa do que o início. No início apresentava-se claramente o alinhamento bilateral do país com os EUA, na segunda parte a autora esclarece que a complexidade da atuação daquele governo, está na priorização de um relacionamento mais multilateral com os países vizinhos, bem como com a Rússia, China, e a Índia, surge também a consolidação de uma postura mais reivindicatória perante os organismos internacionais.

Dando enfoque, para o forte liberalismo econômico e o enxugamento do Estado, que resultaram na privatização parcial de diversas empresas, entre elas a PETROBRAS, o próximo subcapítulo dedica-se a exemplificar de que forma esses fatos ocorreram.

3. A PETROBRAS

A PETROBRAS foi criada pela Lei nº 2004 de 1953, com o intuito de executar em grau de exclusividade, as atividades relacionadas ao transporte, refino, pesquisa e lavra do petróleo no território nacional. A criação de uma empresa de economia mista, para atuar em nome da União nas atividades do setor petroquímico nacional, ganhou força no terceiro período do governo Vargas (1951-1954). A comoção nacional acerca do slogan “o petróleo é nosso”, consolidou as decisões do governo nacionalista acerca do setor. (NOGUEIRA, 2007, p. 83).

Nogueira (2007, p. 84), destaca que por ser a única companhia a atuar no setor petrolífero, durante as décadas iniciais à sua criação, foi possível estabelecer uma relação entre as estratégias da empresa e a necessidade interna dessa esfera. A autora, ainda esclarece que o início da orientação alinhada de forma relativamente autônoma ao Estado em termos econômicos e políticos, deu-se no período do regime militar, quando os governos passam a caracterizar as empresas de economia mista, como pessoa jurídica de direito privado. Este seria o primeiro passo para incentivar a “independência” econômica das empresas mistas.

[...] o poder público engendra, no plano legislativo, distintos modelos operacionais, ou seja, fórmulas subjetivadas diversas, para implementar objetivos que assumiu no interesse da coletividade. assim, ora optará pela instituição de pessoas de direito público, como as autarquias (por vezes criadas segundo o esquema de fundação pública), ora optará pela instituição de pessoas jurídicas de direito privado, como ocorre no caso de empresas públicas e sociedades de economia mista. (MELLO, 2002, p. 1).

Para Oliveira (1995, p.47), a lógica em estabelecer uma empresa de controle estatal para cuidar dos assuntos relativos ao mercado energético, está relacionada ao fato do Estado poder controlar as reservas energéticas de forma mais próxima.

Em 1967 a PETROBRAS estabelece a sua primeira subsidiária, a PETROBRAS Química – S.A. (PETROQUISA), em seguida surge a BR Distribuidora, e no ano seguinte é criada a PETROBRAS Internacional S.A. (BRASPETRO), como primeiro direcionamento da empresa ao exterior. (BARBOSA, p. 11).

De acordo com Coelho (p.15), durante a criação da BRASPETRO o país atravessava o primeiro choque do petróleo de 1973, e como já descrito anteriormente, o cenário nacional da época era representado pela implementação do II PND. A frente da empresa estava Ernesto

Geisel, que direcionou as atuações da mesma para o exterior devido à alta dependência desse insumo.

[...] o então presidente da Petrobrás, General Ernesto Geisel, apresentou a proposta de internacionalização da empresa criando a Braspetro (Petrobrás Internacional) possibilitando a associação desta empresa com outras do setor privado ou estatais para extração petrolífera no exterior, proporcionando desta forma "[os] meios para assegurar o abastecimento nacional de petróleo" (COELHO, p. 15).

Para esse estudo estão sendo considerados dois principais pontos na trajetória da PETROBRAS. O primeiro deles refere-se à internacionalização da empresa, que foi exemplificada de forma resumida acima, e o segundo está relacionado à quebra do monopólio da União sobre as atividades no setor petrolífero da PETROBRAS, que vem apresentado no título da sequência.

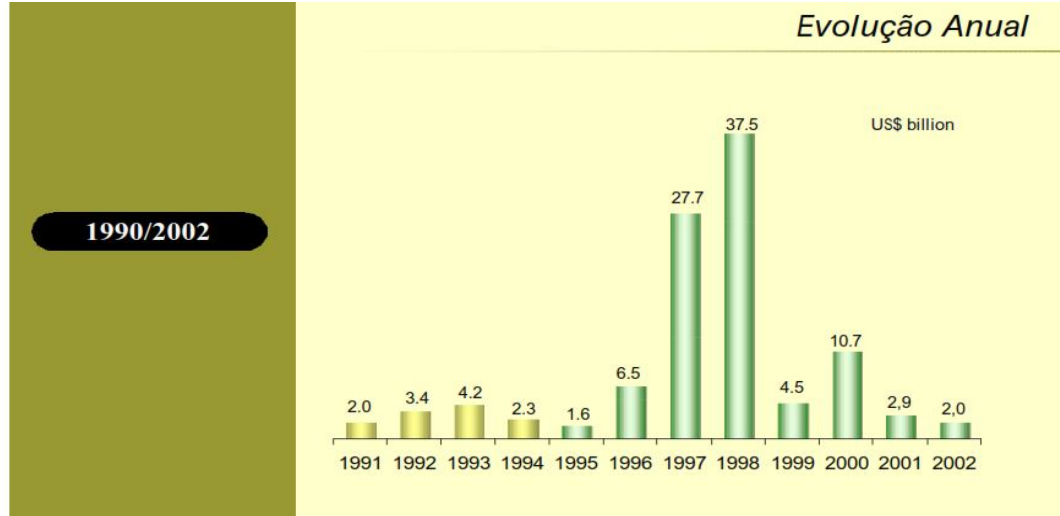
3.1 RESULTADOS DO LIBERALISMO ECONÔMICO NO SETOR PETROQUÍMICO

Durante seus anos de governo o presidente FHC intensifica o projeto de privatizações internas, de setores como o da aeronáutica, siderúrgica, petroquímica, entre outros. No ano de 1994, o Plano Nacional de Desestatizações iniciado no governo Collor, tinha como prioridade a conclusão da privatização dos setores relacionados à petroquímica e fertilizantes. (ALMEIDA, 2010, p. 327).

O relatório, Privatização no Brasil, publicado pelo BNDES em 2002, traz um levantamento anual compactando os dados das privatizações entre os anos de 1990-1994, e 1995-2002. Analisando tal relatório, é possível perceber que o auge das privatizações ocorreu entre 1997 e 1998.

O Gráfico 1, apresentado na sequência torna possível a visualização mais clara dos dados apresentados pelo BNDES.

Gráfico 1 – Evolução Anual das Privatizações em bilhões de Dólares.



Fonte: BRASIL, Privatização no Brasil, 2002.

Partindo para análise setorial, no período entre 1990 e 1994, o resultado das vendas setorizadas, colocava o setor petroquímico em segundo lugar, ficando atrás somente do setor siderúrgico. Foram vendidas cerca de 15 empresas, e a arrecadação chegou a pouco mais de US\$ 2 milhões. A principal crítica era que esse valor arrecadado não correspondia à moeda corrente no Brasil, pois eram utilizadas para pagamento as chamadas “moedas de privatização” ou “moedas podres⁶.” Então em meados de 1995, o governo passa a incentivar o pagamento das ações em moeda corrente. Ainda, de acordo com os dados publicado pelo BNDES, cerca de 95% dos pagamentos estavam sendo feitos em Real durante o ano em tela.

[...] pela primeira vez, desde o momento de sua implementação, ocorreu o predomínio do pagamento das empresas privatizadas em moeda corrente. Estava sendo diluída, assim, uma das principais críticas ao processo de privatização, ou seja, o uso das chamadas “moedas podres”. (ALMEIDA, 2010, p.330).

Em consonância, com ideário do Plano Nacional de Desestatização, em 1996 o Presidente apresenta ao Congresso Nacional o Projeto de Lei nº 6/97, que mais tarde, em agosto de 1997, daria origem a Lei do Petróleo. Dentre as propostas do anteprojeto, consta a criação da Agência Nacional do Petróleo (ANP) que, de acordo com Raimundo Mendes Brito, Ministro de Minas e Energia da época, atuaria como órgão descentralizado responsável por gerir as atividades

⁶ [...] títulos públicos passaram a ser aceitos como moeda de compra. A grande parte desses títulos era composta por dívidas não honradas pelo governo, tornando-se conhecidos como “moedas podres”. (ALMEIDA, 2010, p. 284).

de regulação e fiscalização relacionadas ao monopólio. Também, seria criado o Conselho Nacional de Política Energética (CNPE), estando esse ligado diretamente ao Ministério de Minas e Energia, e com a responsabilidade de garantir o abastecimento interno e o aproveitamento eficiente dos recursos energéticos. (AJAJ, 2007, p.71).

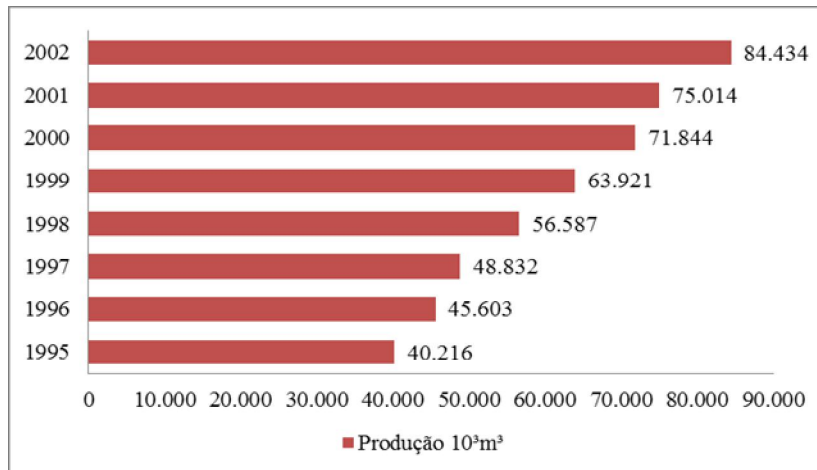
A Lei nº 9.478/97, ou Lei do Petróleo, permitiu que as atividades relacionadas a exploração, desenvolvimento, e produção de petróleo e de gás natural, fossem exercidas mediante contratos de concessão através de processo de licitação coordenado pela ANP. Para as atividades de transporte, refino, importação e exportação de petróleo, a Lei mencionada, estabelece que a ANP, perante autorização, conferirá o exercício de tais atividades a terceiros. (AJAJ, 2007, p. 73).

Anteriormente, as atividades citadas eram exercidas exclusivamente pela União, e estavam de acordo com a Lei nº 2004 de 1953, que estabelecia o monopólio exclusivo do Estado por meio do Conselho Nacional do Petróleo (CNP), como órgão de orientação e fiscalização, e por meio da PETROBRAS como órgão executor. (BRASIL, Lei Nº 2004 de 1953).

Os dois últimos Capítulos do Anteprojeto cuidam da situação da PETROBRAS que é mantida com os seus objetivos originais, como agente estatal do monopólio, já agora não mais com a exclusividade que lhe conferiu a Lei nº 2.004, de 3 de outubro de 1953, mas em caráter de livre competição com outras empresas, estatais ou privadas. Mantendo o controle acionário da União sobre a PETROBRAS, a nova Lei proporcionará à estatal brasileira maior flexibilidade de atuação no novo cenário, permitindo-lhe, para isso, criar, transformar, fundir ou cindir subsidiárias para exercer as atividades relacionadas com seu objeto social, além da possibilidade de adotar procedimento licitatório simplificado, segundo normas próprias previamente aprovadas pelo Ministro de Minas e Energia. (BRASIL, 1996, p. 20567).

Os dados publicados pelo Ministério de Minas e Energia, no Balanço Energético Nacional, demonstram o crescimento da produção interna de Petróleo. O gráfico 2, a seguir representa a evolução do setor entre os anos de 1995 e 2002.

Gráfico 2 – Produção interna de Petróleo



Fonte: BRASIL, Balanço Energético Nacional, 2011. Elaboração da autora.

No Gráfico 2, observa-se que entre os anos de 1995 e 2002, a produção interna de petróleo, passou por substancial crescimento. Para Celso Fernando Lucchesi⁷, em artigo publicado em 1998, o incremento da produção está relacionado, entre outros fatores, a execução da meta de produção de um milhão de barris diários, e também possui relação com o estabelecimento de novas parceiras da PETROBRAS, conforme segue:

Outra mudança importante no período recém-iniciado refere-se ao desenvolvimento, pela Petrobras, de um processo de formação de parcerias com empresas interessadas em participar do processo de abertura do setor de petróleo. Mais de cem empresas candidataram-se, em 1997, a discutir oportunidades de atuação em exploração e produção. Essas parcerias certamente irão acelerar a entrada de novos investimentos no país. (LUCHESE, 1998, p. 30).

As condições do cenário energético brasileiro foram alteradas, seria necessária uma inovação no modelo de atuação da PETROBRAS, tendo em vista o alto grau de investimento que entraria no país. Para entender, de que forma ocorreu essa inovação e se tal conceito estava alinhado com as premissas do governo da época, tem-se a apresentação do capítulo a seguir.

⁷ Celso Fernando Lucchesi foi Superintendente executivo de Exploração e Produção da PETROBRAS, durante os anos analisados nesse estudo.

3.1.2 Mudanças na atuação da política externa do governo FHC e o novo direcionamento das atividades da PETROBRAS

Como visto na seção 2.3 desse estudo, o final do governo FHC caracteriza-se pelo início da busca de uma atuação mais multilateral e de uma política externa capaz de fortalecer o país perante o meio internacional.

A integração regional foi uma das prioridades nos últimos anos do governo analisado, apesar das crises envolvendo as negociações acerca do MERCOSUL, buscou-se o fortalecimento de uma maior convergência na atuação das lideranças Sul-Americanas. Em agosto de 2000, foi realizada a primeira Cúpula dos Países Sul-Americanos, onde o Presidente FHC destacou a importância de uma integração física, que seria chamada de Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). (BARRETO, 2012, p. 369).

Para Vizentini (2005, p. 386), esse primeiro encontro definiu novas diretrizes para a aproximação física dos países da região. Conforme segue:

Assim, o encontro definiu uma série de medidas práticas e consensuais, sendo a principal delas a integração física da infra-estrutura dos países sul-americanos, que historicamente haviam estado de costas uns para os outros e de frente para o mar. As redes de transporte, telecomunicações, energia, gasodutos e oleodutos, entre outras, seriam interligadas, gerando condições materiais para a integração das economias.

Com tantas transformações ocorrendo no cenário nacional, a PETROBRAS se viu mediante a necessidade de alterar as suas formas de atuação. A quebra do monopólio significara uma maior competição no mercado brasileiro e isso resultaria em uma atividade mais dinâmica e com mais investimentos. Para tanto, seria necessário realizar alterações na estrutura da empresa, bem como na forma de atuação da mesma no cenário internacional. Em consonância, com as escolhas do governo, a estratégia escolhida, foi de atuar com maior participação na América Latina. (REIS e LOHMANN, 2006, p.7).

O início da aproximação com a América Latina deu-se por meio da substituição das importações de combustível, vindas do Oriente Médio pelas originárias da Argentina e da Venezuela. (CARDOSO, 2006, p. 218).

Para que a diretriz relacionada à integração energética fosse alcançada, seria necessária a readaptação das atividades da PETROBRAS. Optou-se então pela intensificação de pesquisas sobre o gás natural. Esse novo recurso, surgiria como uma alternativa após o acidente nuclear de Chernobyl. Tendo em vista que nessa época o preço do petróleo registrou o menor índice de valor desde as crises de 1973 e 1979, por sua vez os grupos de investidores apresentaram relativa insegurança com o setor petroquímico. (NOGUEIRA, 2007, p.108).

Para alcançar destaque no nível internacional, em 1999 o novo presidente da PETROBRAS, Henri Reichstul, promove uma reorganização institucional, destacando-se a criação de quatro novos setores: Exploração e Produção (E&P), Abastecimento, Gás e Energia (G&E) e o setor Internacional que herdou as atividades da antiga BRASPETRO. (NOGUEIRA, 2007, p.102).

Apesar de o objetivo desse estudo não ser a caracterização detalhada sobre a maneira que a PETROBRAS envolveu-se na integração energética Sul Americana, é importante mencionar que a atuação dessa empresa na América Latina, está ligada a sua presença na década de 70 na Colômbia, na década de 80 na Venezuela e no Equador. Em seguida no ano de 1993, a PETROBRAS inicia suas atividades na Argentina, por meio das concessões de explorações e da aquisição de outras empresas daquele país. (COSTA e PESSALI, 2009).

Em 1996, inicia-se na Bolívia talvez a mais notável manobra que integraria os campos da diplomacia, economia e política dos dois países. As atividades de exploração de gás natural que seria consolidada com a criação do gasoduto Brasil-Bolívia. Nos anos seguintes ao governo de FHC, a PETROBRAS estaria presente também no México, Paraguai, Peru e Uruguai. (COSTA e PESSALI, 2009).

A matriz energética brasileira deverá ter seu perfil fortemente alterado com o aumento da oferta de gás natural. Além da produção doméstica deverão ser adicionados 8 milhões de m³ por dia de gás natural importados da Bolívia, já em 1999. O gasoduto Bolívia-Brasil, cuja operação deve ser iniciada ao final de 1998, poderá transportar 18 milhões de m³/dia em 2010. (LUCCHESI, 1998, p. 31).

A companhia expande significativamente suas ações na Ásia, na África e na América do Norte. Por outro lado sua “área foco” é assumidamente a América do Sul. De todos os países sul-americanos, os que passam a receber maior aporte de investimentos são a Argentina e a Bolívia. A PETROBRAS reconhece-se comprometida a contribuir para a integração energética sul-americana. (SEGABINAZZI, 2007, p. 111).

O quadro apresentado a seguir expõe de forma resumida a atuação da PETROBRAS na América Latina.

Quadro 1 – Atuação Internacional da PETROBRAS nas Américas 1972-2007

País	Ano de início das atividades	Atividades
Colômbia	1972	Exploração de petróleo em águas rasas e profundas (a partir de 2004)
EUA	1987	Exploração, produção e comercialização de petróleo e derivados; exploração em águas profundas a partir de 2004
Argentina	1993	Exploração, produção e comercialização de petróleo, gás e derivados
Bolívia	1995	Exploração, produção e comercialização de gás e petróleo
Equador	1996	Exploração e produção de petróleo
Venezuela	2002	Exploração e produção de petróleo em terra e <i>offshore</i>
Peru	2003	Exploração e produção de petróleo e gás em terra
México	2003	Exploração e produção de gás natural; acordos de cooperação tecnológica para exploração de petróleo em águas profundas
Uruguai	2004	Comercialização de gás e derivados de petróleo
Chile	2005	Escritório comercial
Paraguai	2006	Comercialização de combustíveis

Fonte: (COSTA e PESSALLI, 2009, p. 16-17)

Percebe-se o estabelecimento da concepção de alinhamento entre a política externa e política pública para a PETROBRAS. Tal concepção é descrita por Lampreia, (1998, p.11) como uma maneira utilizada pelo governo FHC de consolidar a autonomia no cenário internacional através da integração. Seguindo a linha das caracterizações simplificadas da PEB, seria a “autonomia pela integração”. O então ministro esclarece que, apesar de os termos utilizados parecerem contraditórios, é possível destacar alguns eventos que tornaram viável a utilização dessa terminologia. O autor elenca:

[...] no Mercosul, como em qualquer acordo internacional desse gênero, todos os países membros renunciam a certa parcela de sua soberania, da liberdade de tomar determinadas decisões sem coordenação com os respectivos parceiros. [...] embora, por um lado, signifique efetivamente alguma perda de autonomia, por outro, o Mercosul aumenta nossa capacidade de atuar de modo mais afirmativo e participativo na elaboração de regimes e normas internacionais de importância essencial para o Brasil. Em última instância, combinadas as perdas e ganhos de autonomia, resta um salto positivo. (LAMPREIA, 1998, p. 11-12).

A decisão do Brasil de aderir ao Tratado de Não-Proliferação Nuclear é outro exemplo de autonomia pela integração. – A não adesão - que nos criava sério problema de credibilidade internacional, um ônus permanente, tal como dificuldades de acesso a

tecnologia de ponta e uma permanente suspeita em relação aos nossos verdadeiros propósitos nesse terreno. (LAMPREIA, 1998, p. 12-13).

Outros autores, como Vizentini, destacam a importância da integração regional para o favorecimento da colocação internacional brasileira.

[...] o Brasil passou a ocupar um espaço de liderança regional, que, mesmo sem desejar, gerou uma frente de atrito e competição com os EUA. Além disso, o Mercosul tornou-se um fator de atração na cena internacional, face às disputas entre os blocos do hemisfério Norte. (VIZENTINI, 1999, p. 152).

Portanto como já descrito nessa seção e nos capítulos anteriores, ao final do seu governo, o Presidente Fernando Henrique busca um alinhamento com os países da América Latina, de forma a angariar uma inserção mais robusta e dinâmica no sistema internacional.

O novo direcionamento dado para a atuação da PETROBRAS, em consenso com os objetivos estabelecidos pelo governo de direcionar a política externa para aquela região, não descaracterizou o perfil dual que a empresa possui, quer se dizer com isso, que a estatal brasileira criada para explorar o campo energético nacional não perdeu sua característica de representar interesses da lógica privada e ao mesmo tempo interesses coletivos do Estado. (NOGUEIRA 2007, REIS e LOHMANN 2006).

Sobre a luz do liberalismo, apesar de Amado Cervo e Rubens Ricupero, acreditarem que os resultados gerados sobre as potências emergentes foram de: “instabilidade estrutural, vulnerabilidade econômica, crescimento da pobreza, marginalização e insegurança”. (Ricupero *apud* Cervo, 2002, p. 12). Ainda assim para Lampreia (1998, p. 8), tais ideais auxiliaram na permanência da ideia de manter a capacidade autônoma do Estado em atuar no meio internacional com alguma margem de manobra e escolha.

Salienta-se a importância, de uma empresa dessa magnitude que atua em dois cenários paralelos, em manter um desempenho internacional que vá de acordo com a política externa nacional. Tendo em vista, que o crescimento da PETROBRAS foi incentivado pelo Estado, não apenas com relação ao incentivo econômico, mas principalmente o incentivo político com objetivo de lograr um maior destaque no cenário internacional da época.

Tendo em mente que a pergunta de pesquisa desse estudo baseia-se em responder se houve participação da PETROBRAS na execução da política externa do governo FHC e de que maneira isso ocorreu, pode-se considerar que foi possível identificar o direcionamento das atividades da mesma para a convergência dos valores de integração regionalista da política

externa desse governo, por isso a empresa analisada passa a atuar mais firmemente nos países vizinhos após a metade da década de 90.

Com base no exposto acima, apresenta-se no próximo capítulo alguns dos resultados obtidos com a elaboração desse trabalho. E apresentam-se novas possibilidades de estudo que surgiram por meio do mesmo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os arranjos implementados no Brasil durante o início da década de 90, advindos dos ideais liberais, possibilitaram a implementação de uma política econômica em que o Estado exerce papel mínimo. Essa resultante seria refletida, dentre outros fatores, na privatização de muitas empresas estatais. Dentro desse contexto, estava a PETROBRAS, empresa estatal de economia mista, dotada de direito privado, criada no início da década de 50 com o intuito de explorar os recursos energéticos no país. Sua criação estava embebida pelo discurso nacionalista de Vargas, com o slogan “O Petróleo é nosso”.

Ademais, nota-se que a PETROBRAS atua como um agente combinado no cenário brasileiro, principalmente por se tratar de uma empresa pública, de economia mista. Para Nogueira, (2007, p. 14), trata-se de um agente híbrido, que em determinados momentos atua sob a lógica privada, buscando a maximização dos lucros, em outras situações atua como um agente do Estado buscando o consenso entre os interesses coletivos.

Atualmente, a empresa ocupa o 10º lugar da lista elaborada pela revista Forbes em abril de 2012, que elenca as 2000 maiores empresas públicas do mundo. (FORBES, 2012).

O setor energético caracteriza-se pela sua complexidade, são vários atores e agentes envolvidos, as decisões não estão apenas fundamentadas em questões econômicas, envolvem fatores políticos que refletem na esfera social do país. Da mesma forma a política externa é composta por diversos fatores. Por isso, torna-se tão complexo entender se a PETROBRAS utilizou a estratégia de inserção regional para alcançar seus objetivos microeconômicos, ou se foi por meio da política externa executada que a empresa atingiu tamanho desenvolvimento.

O primeiro objetivo específico elencado foi de descrever brevemente os fatos que marcaram a história da política externa brasileira. Com base no analisado, pode-se considerar que a política externa atravessa diversos momentos, cada governo direciona esse mecanismo de acordo com o principal objetivo elencado, seja ele o desenvolvimento, inserção internacional, etc. Em momentos diversos, acontece uma variação de prioridades, ora valoriza-se o eixo vertical e ora o horizontal, mas as características básicas, de não intervenção, solução pacífica de controvérsias, multilateralismo e a busca pela independência no cenário internacional, permaneceram como constante.

O segundo objetivo, referia-se a análise específica da política externa do governo FHC. Em resumo, o governo atravessou dois períodos distintos, o primeiro foi o alinhamento automático pós Guerra-Fria com o eixo bilateral e a potência hegemônica, os EUA, baseado principalmente nos ideais liberais. O segundo momento, já corresponde a parte final do seu mandato, em que se inicia a multilateralização das atuações com o objetivo de buscar uma inserção mais madura no cenário.

O terceiro objetivo nos remete ao histórico breve da PETROBRAS. Tendo em vista, que sua criação deu-se no ambiente nacionalista de Vargas, em 1953, com base no slogan “O petróleo é nosso”, e a criação da empresa está intimamente ligada ao Estado brasileiro, tornou-se de difícil compreensão o momento que surgiu em 1997, quando a estatal teve parte de suas atividades privatizadas. Apesar de não afetar a elucidação positiva de tal objetivo, acredita-se que ainda seja cedo para afirmar que a privatização parcial da empresa teve relação direta com o amplo desenvolvimento demonstrado por alguns dados apresentados nesse estudo. Para que isso fosse possível, seria necessário um novo estudo, despreendido da atual pergunta de pesquisa, e com foco específico sobre a internacionalização e privatização da PETROBRAS.

O último objetivo dedica-se a analisar e responder a pergunta da presente pesquisa. A nova década trouxe também um novo paradigma para a política externa brasileira. De início o governo FHC apresentou-se alinhado de forma vertical aos Estados Unidos, porém ao final abria-se o campo de atuação multilateral, com ênfase na ação na América Latina. A breve análise realizada por esse estudo, sobre a política externa de FHC, bem como sobre a atuação da PETROBRAS em favor da integração regional, conclui que a estratégia apresentada pela empresa, em percorrer um novo caminho que se abria para América Latina, atuou em consonância com as intenções do governo de buscar o aumento da visibilidade do país no sistema internacional.

O vasto campo de estudo que se mostrou ao longo desse trabalho, propiciou a autora o aperfeiçoamento de questões e tradições relativas à política externa brasileira, e principalmente trouxe a compreensão de uma época tão importante para o Brasil, que atravessa o fim do regime militar, a transição para os governos democráticos e a necessidade da estabilização econômica nacional.

Todavia, as pesquisas nessa área, estão demasiadas longe de encerrar. O estudo realizado nos remete ao vislumbamento de novos projetos específicos sobre a América Latina e

suas particularidades, também abre caminhos para realização de uma análise mais profunda sobre a maneira que foi realizada a internacionalização da empresa na região. Não obstante, apesar da brevidade em que os temas foram abordados, vale lembrar que foram atingidos os objetivos traçados para a realização desse estudo, bem como a pergunta da presente pesquisa foi respondida.

REFERÊNCIAS

AJAJ, Claudia. **Monopólio do Petróleo e a Emenda Constitucional N. 9 de 1995**. 2007. 100 f. Dissertação (Mestrado) Universidade Presbiteriana Mackenzi. São Paulo, 2007. Disponível em: <<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cp061644.pdf>>. Acesso em: 25 de maio 2012.

ALMEIDA, Monica Piccolo. **Reformas Neoliberais no Brasil: A privatização nos Governos Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso**. 2010. 427 f. Tese (Doutorado)-Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2010. Disponível em: <<http://www.historia.uff.br/stricto/td/1263.pdf>>. Acesso em: 04 de set. 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto. Bases Conceituais de uma Política Externa Nacional. **Brasil - União Européia- América do Sul: Anos 2010-2020**. Rio de Janeiro. Fundação Konrad Adenauer, p. 228-243, 2009. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/1929BasesConceitPExtNacBook.pdf>>. Acesso em: 06 de set. 2012.

_____. **Relações Internacionais e política externa do Brasil: uma perspectiva histórica**. In: Atas do Simpósio Brasil 500 anos depois. 2002. Disponível em: <www.pralmeida.org/05DocsPRA/782RelIntBrasilPRA.pdf>. Acesso em: 13 de set. 2012.

BARBOSA, Alessandra da Silva. **A Flexibilização do Monopólio no Setor de Petróleo e Gás do Brasil: uma análise dos efeitos sobre a competitividade de mercado de 1997 a 2002**. Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Disponível em: <http://www.apec.unesc.net/IV_EEC/sesoes_tematicas/Economia%20industrial,%20ci%EAncia,%20tecnologia%20e%20inova%E7%E3o/A%20flexibiliza%E7%E3o%20do%20monop%F3lio%20no%20setor%20de%20petr%F3leo%20e%20g%20e%20do%20Brasil%20uma%20an%20e%20dos%20efeitos%20sobre%20a%20competitividade%20de%20mercado.pdf>. Acesso em: 25 de maio 2012.

BARRETO, Fernando de Mello. **A Política Externa Após a Redemocratização: Tomo I – 1985-2002**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=582&Itemid=41>. Acesso em: 01 de set. 2012.

BERNAL-MEZA, Raúl. A política exterior do Brasil 1990-2002. **Revista Brasileira Política Internacional, vol. 45, n. 1, p. 36-71, 2002**. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a02v45n1.pdf>>. Acesso em: 03 de set. 2012.

BRAILLARD, Phillipe. **Teorias das Relações Internacionais**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1990.

BRASIL. Lei nº 2004, de 3 outubro de 1953. Dispõe sobre a Política Nacional do Petróleo e define as atribuições do Conselho Nacional do Petróleo, institui a Sociedade Anônima, e dá

outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L2004.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. Diário da Câmara dos Deputados. Exposição de Motivos nº 23 de 1996 do Sr. Ministro de Minas e Energia, Raimundo Mendes Brito. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD19JUL1996.pdf#page%3D7>>. Acesso em: 29 de set. 2012.

_____. Lei nº 9478, de 6 agosto de 1997. Dispõe sobre a política energética nacional, as atividades relativas ao monopólio do petróleo, institui o Conselho Nacional de Política Energética e a Agência Nacional do Petróleo e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9478.htm>. Acesso em: 01 out. 2012.

_____. MINISTERIO DE MINAS E ENERGIA. **Balanco Energético 2011, ano base 2010**. Disponível em: <https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2011.pdf>. Acesso em: 01 de jun. 2012.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. **Privatização no Brasil 1990-1994 e 1995-2002**. Julho, 2002, p. 74. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/export/sites/default/bndes_pt/Galerias/Arquivos/conhecime nto/especial/Priv_Gov.PDF>. Acesso em: 10 de set. 2012.

BULL, Hedley. **A sociedade anárquica**. Brasília/ São Paulo: Ed. UnB/ IPRI. Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CARDOSO, Fernando Henrique. **A arte da política: a história que vivi**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

CASTRO, Thales. **Teoria das Relações Internacionais**. Fundação Alexandre de Gusmão, 2012. Disponível em: <http://funag.gov.br/biblioteca/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=534&Itemid=41>. Acesso em 10 set. 2012.

CERVO, Amado e BUENO, Clodoaldo. **História da Política Exterior do Brasil**. Edição Atualizada Brasília: Ed. UnB, 2002.

CERVO, Amado Luiz. Relações Internacionais do Brasil: um balanço da era Cardoso. Revista Brasileira de Política Internacional, vol.45, n. 1, p. 5-35,2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v45n1/a01v45n1.pdf>>. Acesso em: 28 de ago. 2012.

COELHO, Wladimir Tadeu Silveira. **A Política Econômica do Petróleo no Brasil**. Disponível em: <<http://pt.scribd.com/doc/27582659/Politica-Economica-do-Petroleo-no-Brasil>>. Acesso em: 15 de out. 2012.

COSTA, Armando Dalla e PESSALI, Huáscar Fialho. A Trajetória de Internacionalização da Petrobras na Indústria de Petróleo e derivados. **Revista História Econômica & História de**

Empresas, vol. 12, n. 1, p.5-32, 2009. Disponível em:
<<http://www.empresas.ufpr.br/petrobras.pdf>>. Acesso em: 26 de set. 2012.

CUNHA, Claussia Neumann da Cunha. A Petrobras e a Política Externa Brasileira no Setor Energético. **Revista Intellector**, vol. VI, n.12, 1-18. Disponível em: <<http://www.revistaintellector.cenegri.org.br/ed2010-12/claussiacunha-2010-12.pdf>>. Acesso em: 25 de set. 2012.

FORBES. **The World's Biggest Public Companies**. Disponível em:
<http://www.forbes.com/global2000/list/#p_1_s_a0_All%20industries_All%20countries_All%20states>. Acesso em: 20 de out. 2012.

FUKUYAMA, Francis. **“The end of history?”** The National Interest, 1989. Disponível em:
<<http://www.kropfpolisci.com/exceptionalism.fukuyama.pdf>>. Acesso em: 06 de set. 2012.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil**. 4. ed. - São Paulo : Ed. Atlas, 2002.

GONÇALVES, Williams. **Relações Internacionais**. 2004. Disponível em:
<http://www.cedep.ifch.ufrgs.br/Textos_Elet/pdf/WilliamsRR.II.pdf>. Acesso em: 8 de ago. 2012.

HIRST, Monica e PINHEIRO, Leticia. A política externa do Brasil em dois tempos. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.38, n. 1, p.5-23, 1995. Disponível em:
<moodle.stoa.usp.br/mod/resource/view.php?id=48335>. Acesso em: 03 de out. 2012.

JUNIOR, Ilmar Penna Marinho. **Petróleo: Política e Poder**. São Paulo: José Olympio, 1989.

KERLINGER, Fred Nichols; **Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais: um tratamento conceitual/** (tradução Helena Mendes Rotundo; revisão técnica José Roberto Malufe). 9ª reimpressão São Paulo: Ed. Editora pedagógica e Universitária LTDA. 2003.

LAFER, Celso. Brasil: dilemas e desafios da política externa. **Revista Estudos Avançados**, vol. 14, n. 38, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-40142000000100014&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 de out. 2012.

LAMPREIA, Luiz Felipe. A política externa do governo FHC: continuidade e renovação. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 41, n.2, p.5-17, 1998. Disponível em:
<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v41n2/v41n2a01.pdf>>. Acesso em: 09 de set. 2012.

LESSA, Antônio Carlos. Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol.51, n.2, p. 5-7. Disponível em
<<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a01.pdf>>. Acesso em: 09 de set. 2012.

LOHMANN, Juliana e REIS, Álvaro. **Petrobras e as relações internacionais com a Bolívia**. In: Workshop Empresa, Empresários e Sociedade, n. 5, Porto Alegre, PUC-RS, Porto Alegre, 2-5

mai. 2006. Disponível em: <http://www.fee.tche.br/5workshop/pdf/gt03_juliana.pdf>. Acesso em: 14 de out. 2012.

LUCCHESI, Celso Fernando. *Petróleo. Estudos Avançados*, vol. 12, n. 33, p.17-40, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v12n33/v12n33a03.pdf>>. Acesso em: 09 de set. 2012.

NEVES, Jose Luis. *Pesquisa Qualitativa – Características, Usos e Possibilidades. Cadernos de pesquisas em Administração*. São Paulo, vol. 1, nº 3, 2º Sem./1996. Disponível em: <<http://www.ead.fea.usp.br/Cad-pesq/arquivos/C03-art06.pdf>>. Acesso em: 06 de jun. 2012.

NOGUEIRA, Danielle. **A Petrobras na política externa de Cardoso para a integração energética com a Bolívia (1995-2002)**. 2007. 223 f. Dissertação (Mestrado)-Pontifca Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007. Disponível em: <http://www.maxwell.lambda.ele.puc-rio.br/10181/10181_1.PDF>. Acesso em: 29 de agos. 2012.

NOGUEIRA, João Pontes, MESSARI, Nizar. *Teorias das Relações Internacionais: correntes e debates*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

OLIVEIRA, George Gurgel de. **A Trajetória da Petrobrás**. Desafios atuais e o futuro. 1995. 242 f. Tese (Doutorado)-Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 1995. Disponível em: <<http://cutter.unicamp.br/document/?code=vtls000115662>>. Acesso em: 25 de out. 2012.

PECEQUILO, Cristina Soreanu. A Política Externa do Brasil no Século XXI: Os Eixos Combinados de Cooperação Horizontal e Vertical. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, vol.51, nº2, p.136-156, 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v51n2/v51n2a09.pdf>>. Acesso em 25 de ago. de 2012.

_____. **Manual do Candidato: Política Internacional**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo: Ed. Atlas, 1999.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria de Estado da Cultura. **Cadernos de História do Memorial do Rio Grande do Sul**. Disponível em <<http://www.memorial.rs.gov.br/cadernos/jk.pdf>>. Acesso em: 05 de Out. de 2012.

RODRIGUES, William Costa. **Metodologia Científica**. Disponível em: <http://professor.ucg.br/SiteDocente/admin/arquivosUpload/3922/material/Willian%20Costa%20Rodrigues_metodologia_cientifica.pdf>. Acesso em: 06 de junho de 2012.

SANTANA, Carlos Ribeiro. O aprofundamento das relações do Brasil com os países do Oriente Médio durante os dois choques do petróleo da década de 1970: um exemplo de ação pragmática. **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 49 n.2, p. 157 – 177, 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0034-73292006000200009&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 20 de maio 2012.

SATO, Eiiti. **40 anos de Política Externa Brasileira 1958-1998: três inflexões.** *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 41, n.spe, p.8-28, 1998. Disponível em: <www.scielo.br/pdf/rbpi/v41nspe/a02v41nspe.pdf>. Acesso em: 06 de set. 2012.

SEGABINAZZI, Alessandro. **A Atuação da Petrobras no mercado de gás natural da Argentina e da Bolívia e possíveis convergências com a política externa brasileira.** 2007. 121 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/10767/000598788.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 17 de out. 2012.

SILVEIRA, Ramais de Castro. **Neoliberalismo: conceito e influências no Brasil – de Sarney a FHC.** 2009. 176 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/16218/000694385.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 01 de out. 2012.

SPEKTOR, Matias. Origens e direção do Pragmatismo Ecumênico e Responsável (1974-1979). *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 47 n.2, p. 191-222, 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000200007>. Acesso em: 09 de maio 2012.

VECCHIO, Angelo Del. Política e Potência no Regime Militar Brasileiro. **Projeto História.** Tomo I, p. 169-196, dez. 2004. Disponível em: <revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/download/9951/7391>. Acesso em: 05 de set. 2012.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. **A Política Externa do Regime Militar Brasileiro: multilateralização, desenvolvimento e a construção de uma potência média (1964-1985).** Porto Alegre: Ed. UFGRS, 1998.

_____. De FHC a Lula: uma década de política externa (1995-2005). *Civitas-Revista de Ciências Sociais*, vol.5, n.2, p. 381-397, 2005. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/viewFile/9/1602>>. Acesso em: 23 de ago. 2012.

_____. O nacionalismo desenvolvimentista e a política externa independente. *Revista Brasileira Política Internacional*, vol. 37, n. 1, p.24-36, 1994. Disponível em: <<http://www.cprepmauss.com.br/documentos/politicaexternaindependente52434.pdf>>. Acesso em: 02 de set. 2012.

_____. **Relações Internacionais do Brasil: de Vargas a Lula.** 2. ed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

_____. **O Brasil e o mundo: a política externa e suas fases.** Ensaios FEE, vol. 20, n. 1, p. 134-154. 1999. Disponível em: <<http://revistas.fee.tche.br/index.php/ensaios/article/viewFile/1941/2316>>. Acesso em: 02 de set. 2012.